

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS SARANDI
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

OSCAR INÁCIO FORNARI

**POLÍTICAS PÚBLICAS: Estratégias de diversificação das pequenas
propriedades rurais**

SARANDI

2018

OSCAR INÁCIO FORNARI

**POLÍTICAS PÚBLICAS: Estratégias de diversificação das pequenas
propriedades rurais**

Estágio Supervisionado apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Sarandi, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador Prof. Clodovi Bortolon

SARANDI

2018

OSCAR INÁCIO FORNARI

**POLÍTICAS PÚBLICAS: Estratégias de diversificação das pequenas
propriedades rurais**

Estágio Supervisionado aprovado em ___ de _____ de 2018, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração no curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Sarandi, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Clodovi Bortolon
UPF – Orientador

Prof. _____
UPF

Prof. _____
UPF

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela vida. Aos irmãos, esposa e
filhos pelo incentivo e compreensão.

Aos colegas de faculdade da Universidade de
Passo Fundo pelo coleguismo e amizade.

Aos professores e funcionários pela transmissão
de conhecimentos e indicar o caminho no
rumo certo.

Ao Orientador, Professor Clodovi Bortolon,
pela sua paciência e conhecimento.

A todos aqueles que de uma forma ou outra me
ajudaram nesta caminhada.

RESUMO

FORNARI, Oscar Inácio. **Políticas públicas: Estratégias de diversificação das pequenas propriedades rurais**. Sarandi, 2018. 44f. Estágio Supervisionado (Curso de Administração). UPF, 2018.

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de estudar a viabilidade das políticas públicas nas estratégias de diversificação para os pequenos produtores rurais de Sarandi/RS, para o aumento da renda na agricultura familiar. Os objetivos específicos do presente trabalho deram-se a descrever as atuais políticas públicas voltadas a agricultura familiar, identificar as estratégias de diversificação para a agricultura familiar, mapear as características da agricultura familiar no município e propuser políticas públicas para aumento da rentabilidade das pequenas propriedades rurais. Para isso, fez-se um estudo de campo com o auxílio da EMATER, onde foi aplicado um questionário com abordagem qualitativa e quantitativa para pesquisar as políticas públicas e as estratégias de diversificação nas pequenas propriedades rurais. O estudo demonstrou que tanto o Pronaf Investimento e o Pronaf Custeio atendem as principais necessidades financeiras para implantar as atividades no Meio Rural com incremento de rentabilidade. O Pronaf investimento viabiliza os projetos a longo prazo e o Pronaf Custeio atende as necessidade econômicas tanto no agrícola como pecuário. O estudo constatou que as políticas públicas atendem as demandas dos Agricultores Familiares de Sarandi/RS, devido a um aumento de recursos, estruturando as propriedades com novas tecnologias e conseqüentemente facilitando o trabalho, tornando-o mais competitivo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Rentabilidade e Estratégias de Diversificação.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem das atividades Empregadas nos estabelecimentos rurais.....	31
Gráfico 2 - Início da atividade de diversificação.....	32
Gráfico 3 – Tamanho das propriedades.....	33
Gráfico 4 – Geração de renda na propriedade.....	34
Gráfico 5 – Atividades da Diversificação.....	35
Gráfico 6 – Mão-de-obra empregada.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de assistência Técnica e Extensão Rural

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalho

HA – Hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MCR – Manual do Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

REAF – Rede Especializada da Agricultura Familiar

SEA – Secretária Estadual da Agricultura

TI – Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA.....	10
1.2	OBJETIVOS.....	10
1.2.1	Objetivo Geral.....	10
1.2.2	Objetivo Específico.....	10
2	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	12
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
2.3	ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	26
3.2	VARIÁVEIS DE ESTUDO/CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	27
3.3	UNIVERSO DE PESQUISA.....	27
3.4	PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	28
3.5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	29
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSUNTO ABORDADO.....	30
4.2	CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES ESTUDADAS.....	31
4.3	RESULTADO DA PESQUISA.....	32
4.3.1	Atividades segmentadas de diversificação nas pequenas propriedade rurais..	32
4.3.2	Ano que iniciou a atividade de diversificação.....	33
4.3.3	Tamanho da Propriedade.....	34
4.3.4	Políticas Públicas adotadas na implantação.....	34
4.3.5	A diversificação gerou renda para o agricultor.....	35
4.3.6	Atividades empregadas na diversificação.....	36
4.3.7	Onde vendem os produtos da diversificação?.....	36
4.3.8	Quantidade média produzida.....	37
4.3.9	Pessoas envolvidas propriedade.....	37
5	SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES.....	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	41
	APÊNDICES.....	43

1 INTRODUÇÃO

O setor agropecuário brasileiro possui duas realidades bem distintas, ou seja, o latifundiário, que cresce cada vez mais com o aumento de áreas agricultáveis, e, por outro lado, o mini e pequeno produtor rural que vive da agricultura familiar necessitando de políticas públicas para sua subsistência.

O crescimento da monocultura no Brasil tem contribuído para o êxodo rural, a mecanização agrícola foi outro fator responsável pela migração do homem do campo para a cidade, e conseqüentemente, aumentando a mão-de-obra sem qualificação na periferia das cidades brasileiras.

O setor agropecuário brasileiro tem passado por várias mudanças nas últimas décadas, isso inclui, o sistema de plantio direto, o cultivo de plantas geneticamente modificadas, e por fim, a mudança para a agricultura de precisão. Estes são fatores que dificultam para o pequeno produtor rural o acesso às novas tecnologias. É somente com ajuda financeira e técnica que o produtor consegue fazer uso dessas tecnologias e acompanhar as mudanças que vem ocorrendo no setor.

As constantes mudanças tecnológicas tem dificultado o acesso para os pequenos produtores rurais, que aliadas a crise econômica financeira que assola o país nos últimos anos, tem colocado cada vez mais os pequenos produtores em dificuldade, fazendo com que este necessite de políticas públicas para viabilizar sua propriedade, e assim, aumentar a sua renda familiar.

Outro fator a ser considerado, é a dificuldade de mercado dos produtos produzidos pelos pequenos agricultores, fazendo com que sejam comercializados a preços muito baixo. A adoção de políticas públicas com incentivos na produção e assistência técnica, quer federal, estadual e principalmente municipal tornam-se fundamentais para o aumento da rentabilidade das pequenas propriedades rurais.

O pequeno produtor rural, quando comparado a produtores de grande porte, sempre recebem o menor preço pelos produtos comercializados, por isso, as associações de produtores rurais ou sistema cooperativo vem facilitar a vida dos produtores e conseqüentemente amenizar esse fator, por esse motivo justifica-se a importância da aplicação das políticas públicas. Os grandes comerciantes procuram ofertar mais na grande quantidade de produção adquirida.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

O município de Sarandi RS foi colonizado por imigrantes Italianos e Alemães por volta de 1917. Teve sua emancipação política administrativa em 27 de junho de 1939. Possui uma extensão de 353,4 km², e população de 23.398 habitantes, com PIB per capita de R\$32.761,52 (IBGE, 2017).

Sarandi possui hoje uma população rural de aproximadamente 3.000 pessoas, distribuídas em 700 propriedades rurais com uma média de 24 hectares cada (IBGE, 2017). Nas pequenas propriedades há uma grande diversificação, onde se cultiva produtos de subsistência familiar, desde uva, leite, suínos, soja, milho e trigo. É exatamente neste setor que o poder público necessita intensificar as políticas públicas para auxiliar o pequeno agricultor familiar a aumentar a sua renda.

Em toda a região, os pequenos produtores rurais, que vivem da agricultura familiar, buscam as políticas públicas para fomentar suas atividades no meio rural, sempre com o intuito de aumentar a sua renda da família.

Diante deste contexto pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa. Quais as políticas públicas para promover as estratégias de diversificação no aumento da rentabilidade das pequenas propriedades rurais?

Os órgãos oficiais públicos de assistência técnica e extensão rural fazem um estudo estratégico de viabilidade econômica ao indicar e recomendar as políticas públicas aos agricultores familiares.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar o papel das políticas públicas, para promover as estratégias de diversificação, para aumento da rentabilidade das pequenas propriedades rurais e consequente aumento da arrecadação pública.

1.2.2 Objetivo Específico

- 1. Descrever as atuais políticas públicas voltadas a agricultura Familiar.

- 2. Identificar as estratégias de diversificação para agricultura familiar.
- 3. Mapear as características da agricultura familiar do Município.
- 4. Propor políticas públicas para aumento da rentabilidade das pequenas propriedades rurais.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública brasileira atravessa a pior crise política, econômica, ética e moral, por esse motivo é imprescindível que a população se conscientize da importância de colocar na gestão pública pessoas honestas e competentes. Além disso, o administrador público deve escolher gestores para ocupar cargos na administração, que tenham um perfil de gerente, afinado com sua área de conhecimento, deixando de lado o perfil político. A administração pública deve ser vista como uma Ciência do gerenciamento público. De acordo com Abreu (2016):

Administração Pública é uma expressão que constitui uma área específica de conhecimento da ciência da administração. Dependendo do conceito que se assume com relação à Administração Pública, evidenciam-se diferentes correntes teóricas que, por sua vez, fundamentam-se em distintas bases epistemológicas (ABREU, 2016, p. 59).

No entendimento de Paludo (2017, p. 30), “o administrador, por sua vez, é o profissional que atua nas organizações e exerce as funções de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar”.

A administração compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgão e agentes: serviços e atividades) a disposição para a concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil; para realização de seus objetivos políticos, e para o alcance do objetivo maior e primordial do estado: a promoção do bem comum da coletividade” (PALUDO, 2017, p. 31).

Para Pereira (2009) *apud* Garófalo e De Pinho (2011) administração pública, é todo sistema de governo, conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana, que determinam a forma de distribuir e exercer a autoridade política e de atender aos interesses públicos, que ao longo do tempo vêm sofrendo mudanças provocadas pelo processo de globalização.

A administração pública brasileira, após a década de 80 passou por reformas acompanhada pelas mudanças provocadas pela globalização, muitas delas irreversíveis, levando muitos governos a se depararem com dificuldades financeiras, sem condições de cumprir suas obrigações na área da saúde, educação, previdência social, moradia, transporte e segurança (DI PIETRO, 2011).

No que diz respeito à administração pública Di Pietro (2011) afirma que a ideia é transformá-la de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si

própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão.

A administração pública gerencial é a melhor a ser adotado, presente nos três poderes, ou seja, executivo, legislativo e judiciário. E nas três esferas, federal, estadual e municipal.

No entanto, a administração pública delibera com a finalidade de auxiliar a gestão pública, dos interesses públicos, administração pública e sociedade. O poder judiciário é o responsável por fiscalizar e controlar as políticas públicas do país (BITENCOURT, 2013).

Entre os três poderes, as políticas públicas têm momentos diferentes, sendo atribuição do Legislador e do Administrador a criação das políticas, cabendo o Poder Judiciário o seu controle (BITENCOURT, 2013).

O empreendedor público líder é aquele que atua no presente, mas que suas ações tem resultado no futuro, ou seja, buscando resultado para a sociedade no longo prazo. Dessa forma, os administradores públicos são avaliados pela comunidade, seus planos com objetivos e metas, podendo ser aprovados ou reprovados (PALUDO, 2017).

Para Paludo, (2017, p. 296). “o ciclo de gestão e orçamento público brasileiro é composto, por tanto, por três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)”.

Segundo James (2010, p. 298) “a fim de facilitar à Administração Pública o ajustamento da previsão com as necessidades administrativas, recomenda-se que a discriminação detalhada das dotações orçamentárias”.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

É através das políticas públicas que se aplicam os programas de desenvolvimento na agricultura familiar, que é fomentado por meio da empresa de assistência técnica e extensão rural (Emater) e a secretária municipal de agricultura.

Para o município de Sarandi/RS, estas são as políticas públicas aplicadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, para isso é necessário que haja um orçamento público para implantá-las, pois muitos programas não saem do papel por falta de recursos e legislação para isso.

As políticas públicas agrícolas no Brasil têm passado por muitas fases, havendo apoio governamental conforme sua demanda de exportação, principalmente no início do século XX para o cultivo do café, aumentando a produção e exportação e, mantendo prosperidade para o

governo Federal e Estadual. Após a fase do café o governo Brasileiro investiu pesado em políticas públicas para o açúcar e o álcool, tendo o Banco do Brasil um papel importante como agente financeiro (LEITE, 2011).

O Brasil não tem uma política agrícola definida, pois cada momento político, em diferentes governos passam por mudança no foco político, principalmente no que se refere à reforma agrária e a crescente pressão de movimentos sociais para atender suas demandas através das políticas públicas (LEITE, 2011).

Para Leite (2011, p. 224) “com a eclosão da primeira Guerra Mundial em 1914, agravou-se a crise do comércio externo como gerador de divisas e, conseqüentemente, diminuiu a capacidade de importação, inclusive de alimentos”.

Após o Golpe Militar de 1964, com o novo regime político, aliado aos interesses do capital nacional e internacional e outros setores conservadores da sociedade, o Brasil passou por uma nova análise na política agrícola com o surgimento da oposição de esquerda clamando por reforma agrária (LEITE, 2011).

A década de 1990 é reconhecida como aquela que neoliberais urbi et orbi, inclusive no Brasil. Segundo Alberti, “a década de noventa foi marcada por uma série de transformações na ordem política e econômica brasileira, alterando sobremaneira as relações entre Estado e sociedade. Observam-se movimentos em direção a importantes transformações na economia brasileira: processo de abertura comercial e financeira, reestruturação produtiva, reestruturação patrimonial (privatização), reforma do estado e desregulamentação” (LEITE, 2011, p. 232).

Após a Constituição de 1988, com a mobilização de forças sociais se criou uma Lei agrícola que foi promulgada em 1991, para tratar da política agrícola brasileira. Depois desta mudança, por ocasião do grito da terra, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura se reivindicou um programa nacional subsidiado para agricultura com mão-de-obra familiar (LEITE, 2011).

Segundo Cazella; Bonnal e Maluf, (2009, p. 103) “em 2003, foi atribuída ao Ministério da Integração Nacional a competência, compartilhada com o Ministério da Defesa, com as políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial do Brasil”.

Para Mior (2005, p. 162) “as políticas públicas para o campo passam para um processo de transformação associado com a necessidade de alinhamento as novas demandas sociais que estão emergindo no contexto dos anos 90”.

Ainda segundo Mior (2005, p. 162) “até os anos 90, apenas dentro do grupo das políticas regionais existia algum espaço para ações mais abrangentes, voltadas ao desenvolvimento do meio rural”.

O que se manifestou no país na década de 80 e 90 foi um processo de diminuição tarifária proposto pelo governo brasileiro, para reduzir os custos de produção agrícola, aumentando os preços dos produtos e conseqüente ocorrendo apoio aos produtores rurais. Por outro lado quando houve redução da oferta agrícola e conseqüente aumento dos preços o governo muda rapidamente as tarifas aduaneiras (LEITE, 2011).

É notável a diferença existente entre agricultores familiares e o agronegócio e a influência que cada um tem na política governamental. O agronegócio defende a abertura de mercado externo, negociações comerciais internacionais e direito a propriedade com grandes áreas de terras. Por outro lado, os agricultores familiares defendem a proteção do mercado doméstico, o emprego dos trabalhadores da agricultura familiar e a segurança alimentar do país (LEITE, 2011).

No entendimento de Leite (2011, p. 344) “no Brasil, o desafio do desenvolvimento rural se inscreve dentro de uma lógica na qual as políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural. A agricultura familiar e o agronegócio”.

O Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA) atua nas políticas públicas voltadas ao agronegócio, já o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se preocupa com as políticas públicas da agricultura familiar e a reforma agrária. (LEITE, 2011).

No Brasil dos anos 1990, o chamado “argumento liberal” dinamizou ainda mais a dualidade do mundo rural nacional. De um lado, o MAPA e o incentivo à utilização de modernas tecnologias produtivas e a exportação e, por outro lado, o MDA e suas secretarias incentivando políticas de desenvolvimento rural direcionadas aos pequenos produtores e sem-terra, especialmente dirigidos ao mercado interno (LEITE, 2011, p. 311).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A nova Constituição de 1988 foi um marco no reconhecimento dos trabalhadores da agricultura familiar junto à previdência rural, valorizando os idosos no meio rural e transformando mais um meio de geração de renda para a agricultura, que muitas vezes representa mais do que o PIB municipal (LEITE, 2011).

Em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, primeiramente, atuou como linha de crédito financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas, depois do ano seguinte, adquiriu o Status de programa com distinção orçamentária de recursos. O programa incluía ainda uma linha de financiamento a infraestrutura/serviços municipais, e outra, voltada a capacitação. A partir de uma caracterização da agricultura familiar, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que identificava três tipos de agricultores familiares, os consolidados, os em transição e aos periféricos, o Pronaf adotou como público prioritário os dois últimos grupos, apesar de atender a todos (LEITE, 2011, p. 234-235).

Tendo em vista a grande repercussão do massacre de Carajás, em que resultou na morte de 19 agricultores pelas forças policiais no estado do Pará, o governo brasileiro criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para tratar dos problemas fundiários e da promoção da agricultura familiar, onde os movimentos sociais clamaram por mudanças no setor (LEITE, 2011).

A implementação do Pronaf foi um instrumento importante para a consolidação da “agricultura familiar” como categoria, tanto no campo dos atores sociais rurais quanto em relação ao próprio Estado, através de seu reconhecimento formal e prático não apenas como objeto específico de política pública, mas de política de âmbito nacional. Dessa forma, a noção de agricultura familiar passou a fazer parte do discurso político referente não somente às questões agrária e agrícola, mas também aos debates sobre comércio internacional e modelos de desenvolvimento (LEITE, 2011, p. 237).

Para Leite (2011, p. 244) “também por iniciativa do MDA, o governo Brasileiro propôs e o Mercosul aceitou a criação da Rede Especializada da Agricultura Familiar (REAF) como órgão consultivo assessor de sua instância decisória máxima”.

Segundo Leite (2011, p.244) “outro marco político importante foi a aprovação da lei que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais em Julho de 2006, que vinha sendo reivindicada pelos movimentos sociais”.

No entendimento de Tedesco (2001, p. 62), a Organização das Nações unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária definem agricultura familiar em três características; a gerência da propriedade feita pela Família, o trabalho é desempenhado na maior parte pela família e a produção pertence à Família, passível de sucessão em caso de falecimento do proprietário.

Segundo o autor, “Agricultura Familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família” (TEDESCO, 2001, p. 62).

No período recente, a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das ciências sociais que ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2009, p. 25).

No mundo, o grande impulso da agricultura familiar se deu após a Segunda Guerra Mundial e principalmente durante o ciclo expansionário dos “anos dourados”, de 1945 a 1973, e no Brasil, o grande impulso da agricultura familiar se deu nas últimas 3 décadas (SCHNEIDER, 2009).

A agricultura familiar é composta por famílias que residem no meio rural ou povoado próximo e proprietário de pequenos lotes rurais. Por outro lado, em países desenvolvidos a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada onde o trabalho da família assume importância decisiva (SCHNEIDER, 2009).

Segundo Schneider, (2009, p. 34) “ao retornar a bibliografia brasileira recente sobre os processos sociais rurais e agrários percebe-se que a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta”.

A crescente noção de agricultura familiar no Brasil, junto aos movimentos sociais pode ser atribuída ao enfraquecimento das outras denominações como trabalhador rural ou pequenas propriedades rurais, capitaneado pelo sindicalismo rural ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (SCHNEIDER, 2009).

A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro foi confirmada à legitimação depois que o estado criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pressionado pelos movimentos sociais vindos do campo após o ano de 1990, clamando por crédito a juros mais baratos principalmente pleiteados pelo sindicalismo do Sul e Nordeste Brasileiro (SCHNEIDER, 2009).

Na década de 1980, com o rápido crescimento da tecnologia da agricultura brasileira, foi incorporado à pequena produção a noção de exclusão e integração, onde, os integrados são produtores ligados a agroindústrias e ao mercado, e os excluídos, os sem-terras, os posseiros, os atingidos por barragem e os alijados do processo de novas tecnologias (SCHNEIDER, 2009).

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estática num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.8 *apud* SCHNEIDER, 2009, p. 46).

De acordo com Schneider (2009, p. 72) “o negócio agrícola familiar se sustenta sobre duas dimensões fundamentais: a família e o negócio agrícola”.

Ainda, segundo Schneider (2009, p. 97) “estudar a pluriatividade como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores impõe ao pesquisador explicitar o que é entendido por agricultura familiar”.

Pluriatividade na agricultura familiar é compreendida como os membros da família, que habitam o meio rural ou povoado próximo, e possuem outra atividade não agrícola mantendo ligação com o a vida e o espaço rural (SCHNEIDER, 2009).

O uso e as apropriações das noções de agricultura familiar e de agronegócio, como categorias genéricas, ganham caráter performativo em razão do contexto sociopolíticos de disputas entre os diversos segmentos do meio rural brasileiro. Nessa perspectiva, apesar de não ser uma categoria social nova, a utilização da noção de agricultura familiar “com o significado de abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidades e renovação” (CARVALHO, 2005, p. 26 *apud* SAUER, 2008, p. 28).

O Brasil precisa de políticas fundiárias e agrícolas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar para desenvolvimento regional, e que tenha acesso a terra, que não tenha propriedade rural e que tenha vocação e vontade de trabalhar (VEIGA, 1998 *apud* SAUER, 2008).

Uma das maneiras de fomentar a agricultura familiar é uma verdadeira reforma agrária, ou seja, sem conflito com outros setores da sociedade. No entanto, para isso é necessário reformar o povo, ou seja, ensinar a atividade agropecuária com uma excelente assistência técnica, para que o agricultor possa diversificar sua propriedade a fim de diminuir os riscos causados pelas incertezas do clima, políticas e econômicas.

Países considerados desenvolvidos concordam que a agricultura familiar é uma ótima oportunidade produtiva, mantendo um bom equilíbrio ambiental, e no Brasil é notável o crescimento de agricultores assentados e a criação do Pronaf, fator este que ajuda no crescimento do homem no meio rural (SILVA, 2003).

Entende-se por agricultura familiar a unidade de produção onde está relacionado terra, trabalho e família. E não representa uma classe social entre o agricultor familiar e o camponês. A família rural é aquela que divide o espaço da terra com a família ligada por parentesco e consanguinidade (SILVA, 2003).

O futuro da agricultura familiar passa pela sucessão familiar, onde a propriedade e a atividade agrícola passam de pai para filho. O que acontece em muitos casos é que os filhos saem de casa para estudar e não voltam mais para a propriedade, e o pai de família espera se aposentar, aluga ou vende a propriedade e vai morar em vilarejos próximos ou na cidade. Uma maneira de agregar valor na propriedade é a implantação de agroindústrias rurais, como exemplo o pacto Nova Itália, implantado naquele país após a Segunda Guerra Mundial.

Não restam dúvidas sobre a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em vários sentidos, a começar pelo próprio significado da sua criação. Em linha com o novo contexto de formulação de políticas públicas, salientado anteriormente, o Pronaf constituiu o primeiro e mais importante exemplo de política rural no Brasil, mais precisamente uma política diferenciada segundo um recorte social que define uma categoria de agricultor à qual se associa a um tipo de agricultura. Uma segunda característica importante do programa foi ter introduzido, nesse domínio, a perspectiva de formulação e implementação de políticas públicas com participação social, na forma de conselhos, nas três esferas do governo, ao lado da prática de negociações periódicas das pautas apresentadas ao governo pelos movimentos sociais, principalmente nos momentos que antecedem a definição anual dos princípios componentes do programa. Por fim, o Pronaf também se converteu num instrumento de introdução de políticas territoriais no meio rural (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009, p. 94).

O Pronaf teve êxito no início de sua implantação com uma melhor distribuição do crédito rural em todas as regiões brasileiras e também entre as categorias de agricultores familiares, também pode ser considerado um programa de combate à pobreza rural e o êxodo rural como afirmam Cazalla; Bonnal e Maluf (2009).

Segundo Cazella; Bonnal e Maluf (2009, p. 95) “a instituição do plano safra da agricultura familiar pelo MDA, a partir de 2003, constitui mais um instrumento de diferenciação diante do plano safra convencional elaborado anualmente pelo ministério da agricultura”.

O seguro agrícola convencional, associado a lógica bancária – de fato um seguro de crédito feito – tem dado lugar ao “seguro da agricultura familiar”, que garante a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor familiar (CAZELLA; BONNAL e MALUF, 2009, p. 96).

Para Mior (2005, p. 163) “a constituição do Pronaf é um desdobramento de uma série de fatores, como a evolução do pensamento acadêmico, das ações em curso no âmbito do movimento sindical de trabalhadores rurais e do governo federal”.

O Pronaf tem os seguintes objetivos: ajustar a estrutura rural necessária para melhorar a vida da população rural, fortalecer o apoio ao desenvolvimento rural, ajustar as políticas públicas as suas realidades, facilitar a compra de insumos agrícolas e profissionalizar o produtor rural frente aos novos padrões tecnológicos (MIOR, 2005).

A política agrícola brasileira é considerada um instrumento ideal para implantar um verdadeiro processo de desenvolvimento rural e regional, onde o setor urbano é totalmente dependente do setor agrícola (LEITE, 2001).

Para Leite (2011) o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira tem sido pouco incluyente desta parcela da população, que chega a ser denominada por alguns autores de “população sobranante”.

No caso brasileiro, ganharam grande impulso, na década de 1990, as investigações sobre as consequências desse processo de ajustamento macroeconômico de abertura comercial e de desmonte do modelo regulatório de política pública sobre a agricultura e, dentro dela, mas com menos ênfase, sobre a agricultura familiar. Representam um conjunto de estudos realizados principalmente por economistas e que foi a base para a elaboração deste ensaio, que pretende apresentar uma análise da experiência de política econômica e de abertura comercial nas décadas de 1980 e de 1990 no Brasil, buscando destacar suas consequências sobre o comportamento da agricultura em geral e da agricultura familiar em particular (LEITE, 2011, p. 280).

Segundo Filho e Batalha (2009, p. 11) “a maioria dos produtores rurais não tem qualquer controle dos custos de produção. É comum vender-se a safra sem saber qual foi o lucro; ou achar que está tendo retorno positivo, quando na verdade tem-se prejuízo”.

É variada a agricultura familiar brasileira ou seja, existem algumas famílias que exploram minifúndios que vivem na pobreza, no entanto outros que tem êxito no agronegócio, com diferenciação de grupos ao longo do tempo como: experiência de trabalho e vida diferenciada, recursos naturais, cultura diferente e regional, capital humano e social. Além desta diferença está a condição do produtor familiar: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante, bem como a área geográfica em que ele se encontra (FILHO e BATALHA, 2009).

O tamanho da propriedade familiar não é determinante para revelar a viabilidade e sustentabilidade, pois depende de vários fatores como: condições climáticas para o local, tecnologia utilizada na propriedade, produção adotada, acesso ao mercado dos produtos e logística (FILHO e BATALHA, 2009).

Nas regiões sul e sudeste do Brasil se encontram as menores áreas da agricultura familiar, porém com maior viabilidade, pois com densidade populacional elevada, próximos a grandes centros consumidores o que acaba facilitando a comercialização de produtos de alto valor agregado como hortifrutigranjeiros e frutas, boa infraestrutura de transporte, energia elétrica adequada, facilidade de acesso à tecnologia e climas mais favoráveis (FILHO e BATALHA, 2009).

Para Filho e Batalha (2009, p. 25) “o Nordeste, por exemplo, onde se concentra a maior parte dos agricultores pobres do país, apresenta também o menor percentual de agricultores proprietários”.

Os agricultores familiares que tem um mínimo de recursos favoráveis, conseguem estabelecer uma viabilidade econômica já que seus produtos são comercializados em mercados locais, se mantendo fora da linha da pobreza. Além da área e localização, contribuem para a diferenciação dos produtores rurais a renda e a área média dos estabelecimentos. É notável que a agricultura do Centro e Sul do Brasil são mais favoráveis financeiramente do que aquela do nordeste (FILHO e BATALHA, 2009).

Aqueles municípios que tem a maior incidência da agricultura familiar, também tem um maior indicativo para direcionar as políticas públicas voltadas para atender sua demanda. Os municípios brasileiros que tem a maior concentração de agricultura familiar, também tem as mais altas rendas consolidadas, fazendo a sucessão familiar na propriedade (FILHO e BATALHA, 2009).

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Como foi visto, um número significativo de estabelecimentos familiares são minifundiários que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família. Outro traço marcante é a heterogeneidade tecnológica. Mais da metade dos agricultores ainda utilizam a tração humana, isto é, o braço e a enxada como principal força mecânica e instrumento de trabalho. Isolados em meio às grandes propriedades, fragmentados em pequenas parcelas de terra e excluídos do processo de modernização da agricultura dos últimos 30 anos, os produtores familiares enfrentam muitas dificuldades para assegurar a reprodução e a sobrevivência. O reconhecimento objetivo dessa realidade é um primeiro passo no sentido de formular estratégias e políticas apropriadas para apoiar esse segmento (FILHO e BATALHA, 2009, p. 41).

Na agricultura familiar é notável o baixo nível tecnológico, não pela falta de tecnologia, mas pela falta de capacidade e condições de inovar. É de fundamental importância que se realize uma boa assistência técnica para implantar tecnologias de gestão para obter sucesso em seu negócio (FILHO e BATALHA, 2009).

Tem se tornado rotina nos últimos anos o assunto agricultura familiar dentro da comunidade acadêmica, no sentido de formar gestores de políticas públicas, voltadas a práticas que estimulem a cooperação dos pequenos produtores rurais. Sabendo que o sistema cooperativo é o melhor meio de desenvolver as associações de produtores, com objetivo de atender o bem da coletividade (FILHO e BATALHA, 2009).

Para Filho e Batalha (2009, p. 46) “especialistas das mais diversas correntes de pensamento admitem que uma das maneiras de fortalecer a agricultura familiar é agregar valor a seus produtos”.

Um dos problemas encontrados na agricultura familiar é a questão da sazonalidade de produção de muitos produtos, existem produtos que são de produção contínua, mas tem aqueles que são de produção temporária. Alguns produtores têm encontrado dificuldade, principalmente aqueles que produzem baixo volume e são dispersos geograficamente, para isso, a saída encontrada foi na forma associativa de cooperação para construção de capacidade de armazenagem. Também existem produtos no mercado de consumo em determinada estação do ano (FILHO e BATALHA, 2009).

Existem outros fatores que afetam a agricultura familiar que são: as exigências sanitárias, questão de saúde pública relacionada a aplicação inadequada de defensivos agrícolas, que afetam diretamente a produção e a comercialização oriunda da agricultura familiar (FILHO e BATALHA, 2009).

Ao contrário do agronegócio, a agricultura familiar permite algumas particularidades a serem exploradas com grande apelo popular, como produtos coloniais, produtos orgânicos, produtos com cheiro da roça, produtos da agricultura familiar, produzidos por pequenos produtores ecologicamente correto (FILHO e BATALHA, 2009).

Segundo Filho e Batalha (2009, p. 55) “a gestão do empreendimento rural, que compreende coleta de dados, geração de informações, tomada de decisões e ações que derivam dessas decisões, não é tratada como satisfatória pela literatura nacional”.

Para Filho e Batalha (2009, p. 68) “o desempenho dos empreendimentos caracterizados pela agricultura familiar é determinado por um conjunto de grandes variáveis, sejam decorrentes das políticas públicas e da conjuntura econômica”.

Na atividade agrícola ocorrem muitas variações ao longo do ano, do plantio a colheita podem ocorrer mudanças climáticas que afetam diretamente a quantidade e qualidade da produção. Por sua vez também ocorre ao longo do ano variação do preço dos produtos agrícolas, causado pela oferta e procura, levando instabilidade econômica ao empreendimento. Isso leva o produtor a uma mudança de comportamento de investimento,

permitindo a este estudar de forma estratégica a melhor forma de comercialização de seus produtos. Neste contexto, cabe ao governo promover políticas públicas de preços e comercialização da produção, permitindo um preço mais elevado para o agricultor (FILHO e BATALHA, 2009).

De acordo Filho e Batalha (2009, p. 73) “cada sistema produtivo familiar apresenta suas próprias características, variando conforme os recursos disponíveis (materiais, financeiros, humanos e tecnológicos) e as circunstâncias familiares”.

Nesse contexto, pode-se dizer que a gestão de uma empresa rural é um processo de tomada de decisões que avalia a alocação de recursos escassos em diversas possibilidades produtivas, dentro de um ambiente de riscos e incertezas característico do setor agrícola. Independentemente de seu tamanho, o gerenciador da propriedade rural é um dos fatores indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável da propriedade como um todo (FILHO e BATALHA, 2009, p. 75).

Muitas coisas no meio rural cabem ao agricultor a tomada de decisões que vão dar o rumo da propriedade como: o que produzir, o que plantar, quando plantar e a forma de comercialização. Para isso é necessário que ele tome a decisão de forma estratégica, sempre com orientação de profissionais, a fim de melhor orientar o produtor, para que ele tenha uma ótima rentabilidade e sustentabilidade financeira (FILHO e BATALHA, 2009).

Um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar é o mercado dos produtos produzidos por eles antes e depois da porteira, que vai deste a gestão e formas de produção. Além de todo o ambiente interno e externo, que envolve desde variação climática, política governamental, tecnologia, etc. Cabe ao produtor se adequar a todas essas variações que ocorrem durante o ano, já que isso causa inúmeros transtornos no empreendimento rural. Neste contexto, é fundamental que o agricultor familiar tenha formação e informação de capacitação gerencial, para conseguir lidar com toda esta adversidade. Também é importante que ele tenha um sistema de informações, a fim de fazer os registros contábeis da propriedade. Outro dado importante é a disponibilidade de mão-de-obra, que muitas vezes o produtor necessita contratar temporária ou fixa (FILHO e BATALHA, 2009).

Para Filho e Batalha (2009, p. 89) “o registro dos gastos, de forma sistemática e contínua, é um instrumento informativo que auxilia o administrador a identificar as atividades de menor custo, mais lucrativas e as vantagens de substituir uma pela outra”.

Muitas decisões o agricultor deve tomar antes do processo inicial de produção como: insumos a ser adquiridos, fornecedores, tecnologia adotada, formas de pagamento e máquinas a ser utilizadas. Depois de concluída a etapa de produção se inicia a negociação da etapa final,

que vai desde a escolha do canal de distribuição, comércio dos produtos no varejo ou atacado, preço a ser comercializado e a forma de recebimento da produção agrícola (FILHO e BATALHA, 2009).

A agricultura familiar no Brasil é responsável por grande geração de emprego e renda, e por significativa parcela de produção de alimentos no país. Seu desempenho é determinado por um conjunto grande de variáveis. No ambiente externo, fatores como clima, relevo, políticas governamentais, ambiente institucional, tecnologia e mercado fogem do controle da unidade de produção. No âmbito da unidade produtiva, entretanto, decisões como o que, quanto, quando e para quem produzir estão mais diretamente vinculadas ao controle do produtor rural (FILHO e BATALHA, 2009, p. 92).

Para Schneider (2009, p. 203) “em relação aos membros das famílias de agricultores, as ocupações principais segundo sua separação por sexo indicam que há um significativo predomínio dos homens no exercício das atividades agrícolas”.

2.3 ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As estratégias de diversificação são tomadas pelo produtor familiar na sua unidade de produção, em escala e tempos diferentes, que são decisões de investimento e utilização de recursos de forma estratégica que define o que colher e produzir (LIMA, 2005).

O que se manifestou no país na década de 80 e 90 foi um processo de diminuição tarifária proposto pelo governo brasileiro, para reduzir os custos de produção agrícola brasileira, aumentando preços dos produtos e conseqüente apoio dos produtores rurais (LEITE, 2011).

Para Mior (2005, p. 69) “a partir dos anos 90 diversos trabalhos acadêmicos, de diferentes correntes teóricas, tem enfatizado a importância do fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural”.

As estratégias de diversificação bem como a articulação da agricultura familiar tem influência direta no padrão e qualidade de vida do produtor rural. Ele pode cultivar sua propriedade familiar e também sua agroindústria familiar. Aliado ao meio rural ele pode também estar integrado com grandes agroindústrias como é o caso da avicultura e suinocultura principalmente no sul do Brasil. Neste contexto tem se observado que o agricultor familiar que tem sua atividade na agricultura familiar e mais agroindústria rural tem

um padrão de vida melhor daquele que tem só uma atividade, bem como o padrão de desenvolvimento regional (MIOR, 2005).

Com a experiência de outros países, para o desenvolvimento regional, se aplica de forma estratégica o fortalecimento das estruturas sociais da agricultura familiar, inserindo o produtor rural em grandes condomínios, de suínos, leite, implementos e máquinas agrícolas, possibilitando ao agricultor familiar aproveitar a oportunidade de mercado para produzir produtos orgânicos com grande apelo popular, como os coloniais e artesanais (MIOR, 2005).

O oeste catarinense é considerado o maior complexo agroindustrial de carne suína e aves da América Latina, com excelente estratégia de parceria e integração entre agricultura familiar e as grandes empresas agroindustriais. Este modelo é responsável pelo grande desenvolvimento econômico e social da região. É considerado um bom exemplo de inclusão social da agricultura familiar, evitando o êxodo rural, e com boas práticas de conservação ambiental (MIOR, 2005).

As diferentes formas de uso, de partilha e de preservação das terras serão essenciais nas próximas décadas. Uma gestão ecológica e justa desse recurso raro é necessária para assegurar a alimentação da população mundial, cuja projeção de crescimento é de nove bilhões de pessoas até 2050. O que acontecerá no futuro se na atualidade a população mundial já enfrenta graves problemas de acesso aos recursos fundiários, de urbanização excessiva das terras rurais e de poluição dos solos, além de uma forte concorrência no uso de terras? A tendência de êxodo rural e de urbanização dos solos agrícolas significa que a superfície de terras destinadas à produção de alimentos tende a diminuir. Os desafios atuais situam-se, portanto, tanto na necessidade de se manter agricultores-ou de reinstala-los em certos países do Norte - em número suficiente para produzir alimentos para o restante do mundo, bem como resolver o acesso à terra para numerosos camponeses sem terra. Tais desafios tornam essencial o debate e o planejamento de novas relações entre ordenamento fundiário e desenvolvimento rural (Cazella *et al.*, 2015, p 25).

Para melhorar a gestão na propriedade rural, a tecnologia da informação (TI) é uma ferramenta estratégica no negócio rural e agroindústrias, permite buscar informações sobre os insumos agrícolas, distribuição e mercado de produtos e principalmente a previsão climática para melhor gerir as atividades na propriedade rural. Agricultores que trabalham isolados, com nenhuma forma associativa, terão muitas dificuldades de se manter nos canais de distribuição o que pode excluí-lo. A difusão das tecnologias podem ajudar ou prejudicar as vantagens do produtor, o aspecto negativo é sobre a concorrência (FILHO e BATALHA, 2009).

Para Filho e Batalha (2009, p. 54) “não parece haver dúvidas de que tanto as ferramentas de gestão como a aplicação da moderna biotecnologia e das TI afetarão, de forma profunda, a viabilidade e a sustentabilidade da agricultura familiar”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa e avaliação dos resultados obtidos, para que seja possível alcançar as finalidades propostas nos objetivos.

Para Diehl e Tatim (2004) a metodologia pode ser definida como o estudo e avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Nesta pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa, sendo que os objetivos são descritivos e exploratórios, a amostra foi levantada pelo método de Barbetta, onde foram aplicados 87 questionários usando os dois métodos de perguntas abertas e fechadas dos quais retornou 27, para estudos de administração pública e estratégias de diversificação na pequena propriedade rural.

Segundo Diehl e Tatim (2004, p. 45) “pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas. Com a finalidade de Garantir e evitar distorções nos resultados e análises”.

Ainda de acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 52), “pesquisas qualitativas podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

No que se refere aos objetivos, o estudo pode ser classificado como pesquisa exploratória e descritiva, pois necessita de levantamento bibliográfico, e entrevista direta com pequenos produtores rurais para identificar a pergunta de pesquisa.

Para Diehl e Tatim (2004, p. 53) “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”.

No que se refere a pesquisa descritiva Diehl e Tatim (2004, p. 54) afirmam que a “pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

3.2 VARIÁVEIS DE ESTUDO/CATEGORIAS DE ANÁLISE

As variáveis que foram estudadas na presente pesquisa foram a Administração Pública e as estratégias de diversificação nas pequenas propriedades rurais.

No que diz respeito à administração pública, a ideia é transformá-la, ou seja, mudar de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão (DI PIETRO, 2011).

As estratégias de diversificação são tomadas pelo produtor familiar na sua unidade de produção, em escala e tempos diferentes, que são decisões de investimento e utilização de recursos de forma estratégica para definir o que colher e produzir (DE LIMA, 2005).

3.3 UNIVERSO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada por intermédio da Secretária Municipal de Agricultura de Sarandi/RS, onde foram aplicados 87 questionários, dos quais retornou 27, em propriedades de forma aleatória, a fim de buscar os resultados das estratégias de diversificação nas pequenas propriedades rurais.

O município de Sarandi conta hoje com uma população rural de aproximadamente 3.000 pessoas distribuídos em 700 propriedades com uma média de 24 hectares. Sendo as pequenas propriedades aquelas com diversificação, ou seja, onde se cultiva produtos de subsistência familiar, desde uva, citrus, leite, suínos, soja, milho e trigo.

Na pesquisa científica, em que se quer conhecer as características de uma determinada população, é comum observar apenas uma amostra de seus elementos e, a partir dos resultados dessa amostra, obter valores aproximados, ou estimativas, para as características de interesse (DIEHL e TATIM, 2004, p. 64).

Figura 1 – Localização de Sarandi/RS



3.4 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada pessoalmente, ou seja, a campo através de um questionário, de forma direta e informal entre entrevistado e entrevistador com a finalidade de buscar as informações pertinentes para o presente estudo.

Para Diehl e Tatim (2004, p. 65) “as informações podem ser obtidas por meio de pessoas, consideradas fontes primárias, já que os dados são colhidos e registrados pelo próprio pesquisador em primeira mão”.

Segundo Diehl e Tatim (2004, p. 68) “o questionário é um instrumento de coleta de dados construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Quando o estudo envolver a definição de um tamanho de amostra com respectiva margem de erro, é necessário apresentar o respectivo cálculo e indicar o autor da fórmula utilizada. A fórmula comumente utilizada é a proposta por Barbetta (1994, p. 58). Para fins de exemplificação, apresenta-se um cálculo para uma população de 700 indivíduos e uma margem de erro amostral de 10%.

$$n_0 = 1 \div e^2$$

$$n_0 = 1 \div 0,10^2 = 100$$

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

$$n = \frac{700 \times 100}{700 + 100} = 87,5$$

Onde:

n = primeira aproximação amostral
 n₀ = tamanho da amostra
 e = margem de erro admitida
 N = População total

Para a entrevista foram enviados 87 questionários durante os meses de março e abril de 2018, sendo que retornaram 27, e destes foram apurado os resultados e apresentados neste trabalho.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Depois de coletados os dados necessários para a pesquisa, estes foram organizados no excel para facilitar o entendimento, em seguida, foram analisados de maneira quantitativa e qualitativa para então serem confrontados com dados da literatura.

Para Gil (2007) o processo de análise de dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos.

De acordo com Gil (2007), antes da realização da coleta dos dados deve ser feito uma análise detalhada e planejada, para evitar erros e não inclusão de dados importantes na pesquisa. Após se elabora o questionário ou formulário das perguntas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSUNTO ABORDADO

Quadro 1 - Políticas públicas.

FEDERAL
PRONAF Investimentos
PRONAF Custeio
ESTADUAL
FEAPER/Troca-troca
Irrigando a Agricultura Familiar
Mais Água mais renda
Agroindústria
Programa de Gestão Sustentável
MUNICIPAL
Patrulha Agrícola
Melhoria das Estradas

Fonte: Autor (Maio 2018)

Conforme entrevista realizada com os agricultores, é possível visualizar no quadro 1, as principais Políticas Públicas adotadas pelos pequenos agricultores familiares, como destaque as Políticas Federal como Pronaf Investimento e Pronaf Custeio Agrícola e Pecuário. Mesmo após a implantação é adotado o Pronaf Investimento para aquisição de corretivos de solo, instalações, máquinas e equipamentos. Logo, o Pronaf custeio atende o financiamento das culturas, com taxas de juros que variam de 1,5 a 5,5% ao ano e com taxa de Proagro de 2 a 6,5% sobre o orçamento financiado. Para o enquadramento do agricultor no Pronaf é necessário buscar a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) junto ao SEA (Secretária Estadual da Agricultura), programa este dirigido pelo MDA (Manual de Crédito Rural (MCR, 2017).

Na Esfera Estadual também são relatadas as políticas públicas implantadas pela EMATER, com toda assessoria e assistência técnica como: Feaper troca/troca de sementes,

irrigando a Agricultura Familiar, Mais Água Mais Renda, Agroindústria e Programa de Gestão Sustentável.

Além destas, é importante destacar as Políticas Públicas Municipais que beneficiam o Produtor Rural com Patrulhas Agrícolas que auxiliam o produtor nas atividades realizadas na propriedade, e trabalho de melhorias das estradas com auxílio do parque de máquinas da Secretária de Obras do Município de Sarandi/RS.

Para o enquadramento no Pronaf, é necessário que o agricultor tenha uma renda declarada nos últimos 12 meses de até R\$ 360.000,00 (MCR, 2017).

4.2 CARATERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES ESTUDADAS

A colonização do Município de Sarandi/RS, foi realizada por pequenos agricultores que permanecem até os dias atuais, porém, em uma determinada região do município, estão estabelecidos agricultores de grande porte.

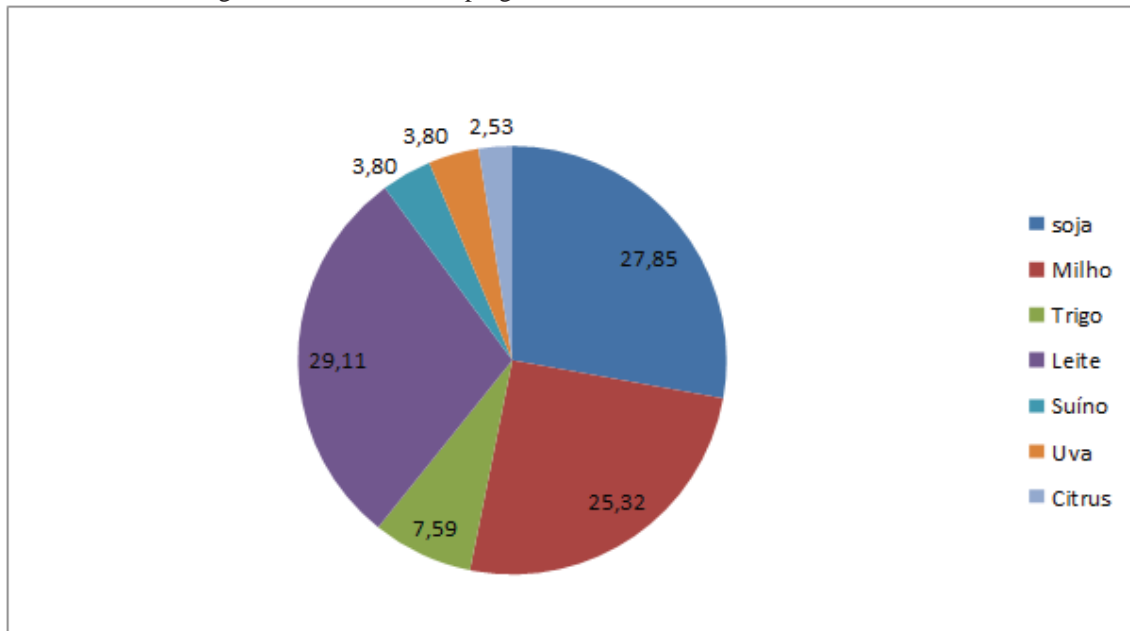
As propriedades estudadas caracterizam-se por serem pequenas, dessa forma se enquadram ao Pronaf, com mão-de-obra própria sendo executada pelos membros da família, cultivando produtos de subsistência e também para comercializar. Sendo estas propriedades geralmente passadas de pai para filho.

O município de Sarandi localiza-se a uma latitude 27°56'38" sul e uma longitude 52°55'23" oeste, estando a uma altitude de 503 metros. Possui uma área de 353,39 km² e uma população estimada no ano 2017 de 23.398 habitantes. O município de Sarandi está localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai, as margens da BR 386, a chamada Rodovia da Produção e banhado pelo Rio Caturete (IBGE 2017).

4.3 RESULTADO DA PESQUISA

4.3.1 Atividades segmentadas de diversificação nas pequenas propriedade rurais

Gráfico 1 - Porcentagem das atividades Empregadas nos estabelecimentos rurais.



Fonte: Autor (Maio 2018)

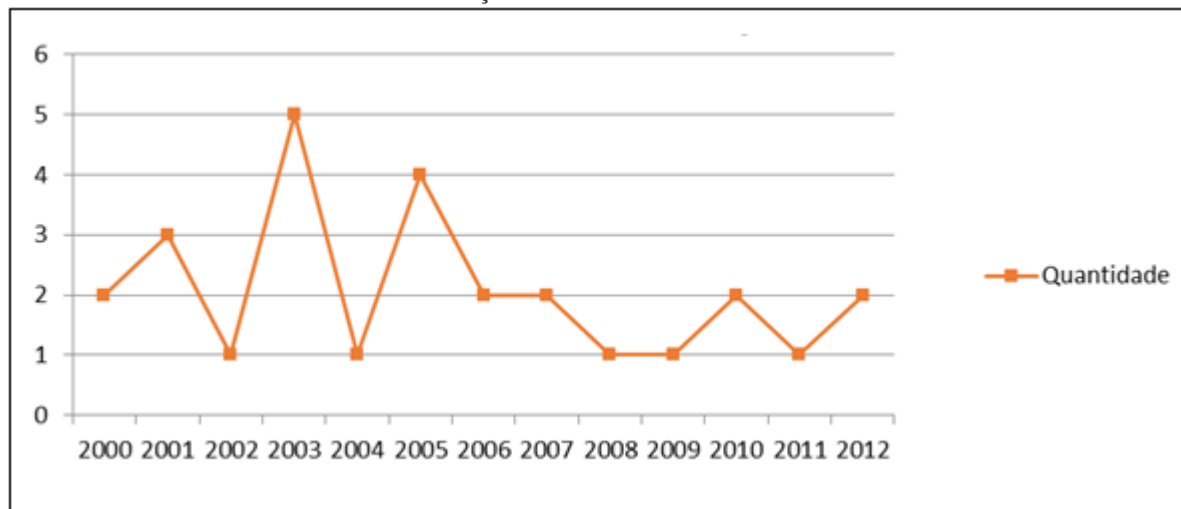
Desde a colonização de Sarandi, a agricultura iniciou com o cultivo da monocultura soja, milho e trigo. Com o passar do tempo a soja e o milho passaram a ter grande importância econômica na região pela exportação, principalmente do soja. Embora as Cooperativas da região tenham sido criadas para armazenar a produção de trigo, o gráfico acima mostra uma grande redução no plantio de trigo por falta de estímulo por parte do governo. Além do fator preço, o clima também muitas vezes inviabiliza o plantio do trigo.

No gráfico é possível observar a atividade empregada nas propriedades entrevistadas, onde 27,85% correspondem a cultura de soja, seguido da cultura do milho com 25,32%, e como destaque 29,11 % trabalham com a bacia leiteira na atividade de diversificação.

Quanto as atividade de diversificação, a produção de leite tem maior destaque e adesão por parte dos agricultores familiares, pelo fato de receberem dinheiro todos os meses do ano, enquanto a suinocultura remunera a cada 90 dias, e no caso da uva e do citrus, o produtor recebe uma vez por ano. Embora todas estas atividades são bem rentáveis, o fator limitante para aumento da produção é a falta de mão-de-obra na propriedade como mostra no gráfico 6.

4.3.2 Ano que iniciou a atividade de diversificação

Gráfico 2 - Início da atividade de diversificação.



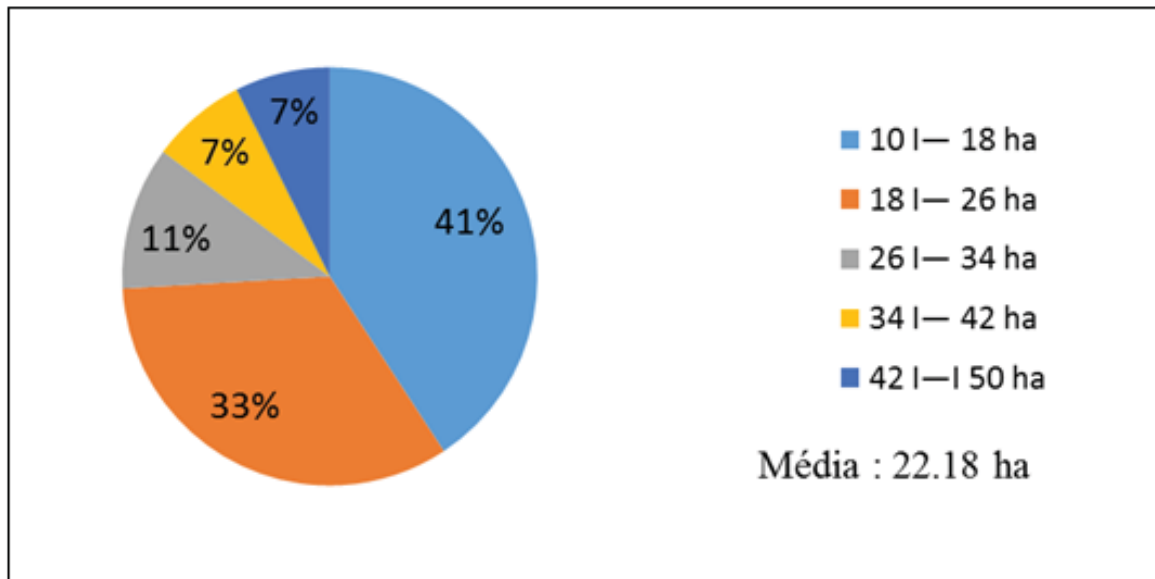
Fonte: Autor (Maio 2018)

No gráfico acima, é possível visualizar o ano que as propriedades pesquisadas iniciaram a diversificação das atividades, com destaque pode-se observar o ano de 2003, em função de uma forte estiagem que ocorreu na região, e no ano de 2005 onde houve uma forte queda do preço da soja. Estes dois fatores descapitalizaram os pequenos produtores rurais, levando os mesmos a buscarem outras atividades.

A decisão de optar por diversificação foi unânime entre os entrevistados, para aumentar a renda familiar, amenizando os problemas financeiros nos períodos de frustração de safra. O grande trunfo das propriedades entrevistadas é o Programa de Gestão Sustentável ministrado pela EMATER, que mantém um acompanhamento mensal junto aos produtores na propriedade rural.

4.3.3 Tamanho da Propriedade

Gráfico 3 – Tamanho das propriedades.



Fonte: Autor (Maio 2018)

No gráfico 3 é apresentado o tamanho das áreas onde foi realizada a entrevista com os produtores, observa-se que 41% são propriedades de 10 a 18 ha, entorno do módulo fiscal de 20 ha temos 33% que varia de 18 a 26 ha, mostrando que realmente nosso município predomina o minifúndio, e que a viabilidade econômica das propriedades passa pela diversificação das atividades. Este gráfico confirma a média das propriedade entrevistada que é de 22,18 ha.

4.3.4 Políticas Públicas adotadas na implantação

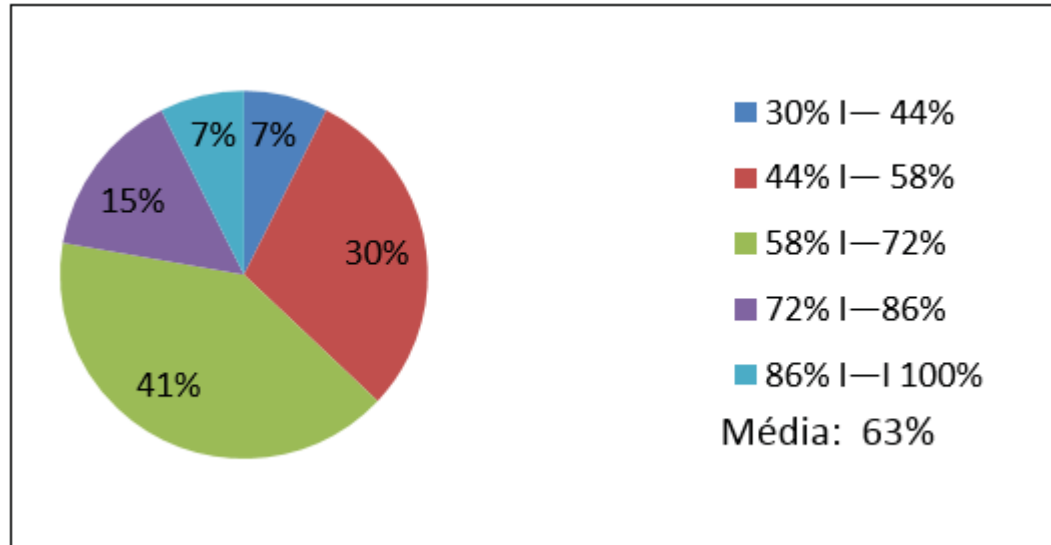
Conforme os dados obtidos na entrevista, constatou-se que todos os produtores familiares fizeram uso da política pública para implantar a atividade como o Pronaf investimento. Este programa é de fácil adesão e ótima viabilidade econômica pelos seguintes motivos: taxa de juros bem atraente de 0,5 a 5,5% ao ano, carência de até 3 anos para pagar a primeira parcela, prazo de amortização do contrato de até 10 anos dependendo do tipo do investimento realizado.

O Pronaf investimento é de fundamental importância, pois viabiliza ao produtor rural implantar atividades para aumentar sua renda mesmo não tendo recursos próprios para

investir. A EMATER, de forma estratégica faz um projeto com viabilidade técnica e economia para recomendar e indicar tal projeto de investimento.

4.3.5 A diversificação gerou renda para o agricultor

Gráfico 4 – Geração de renda na propriedade.



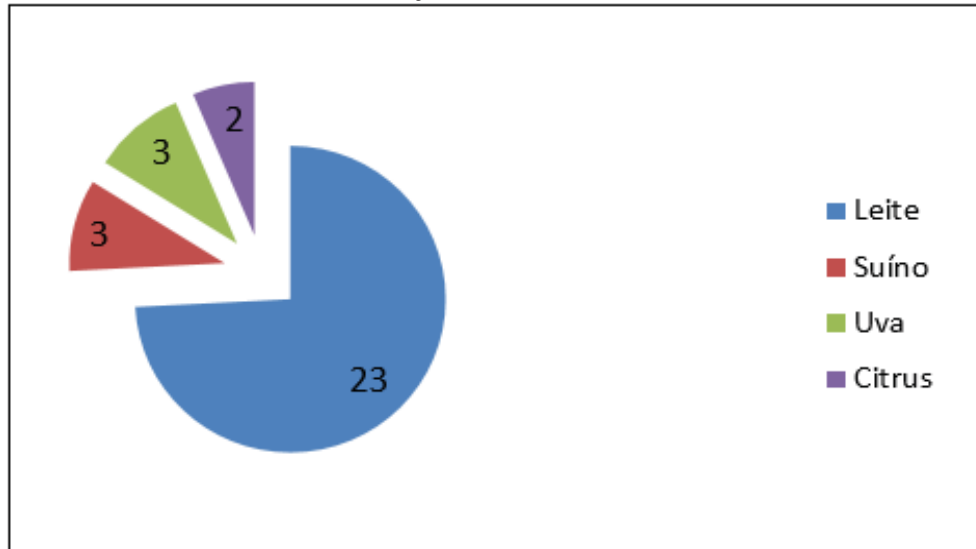
Fonte: Autor (Maio 2018)

O gráfico 4 demonstra exatamente a pergunta da pesquisa, pois mostra a rentabilidade das propriedades com diversificação. Como destaque 41% das propriedades tem sua renda de 58% a 71% proveniente da diversificação. As 27 propriedades entrevistadas mostram a viabilidade econômica fomentada pelas Políticas Públicas, já que 63% da renda destes produtores vem das quatro atividades empregadas para aumento de renda, que é a bacia leiteira, suinocultura, vitivinicultura e citricultura.

Embora as Políticas Públicas proporcionem uma ótima rentabilidade, não é fator determinante para evitar o êxodo rural, e nem proporciona a sucessão familiar nas propriedades rurais de Sarandi/RS.

4.3.6 Atividades empregadas na diversificação

Gráfico 5 – Atividades da Diversificação



Fonte: Autor (Maio 2018)

Dentre as atividades de diversificação nas propriedades, a entrevista mostrou que 23 propriedades atualmente estão produzindo leite, 3 atuam na suinocultura, 3 na produção de uva e 2 na produção de citrus. Estas são as atividades mais empregadas não só em Sarandi mas em todas as regiões de pequenos produtores rurais.

4.3.7 Onde vendem os produtos da diversificação?

LEITE - O leite é comercializado nos laticínios da região para a industrialização, sendo recolhido diretamente na propriedade pelas transportadoras das empresas.

SUÍNOS - Os suínos são comercializados em abatedouros para atender as fábricas de embutidos e frigoríficos com destino a exportação.

UVA - A comercialização da uva atende o mercado de mesa in natura e uma parcela atende à demanda de vinícolas.

CITRUS - Este mercado primeiramente atende a demanda de mesa in natura e após destina-se a indústria de sucos.

4.3.8 Quantidade média produzida

Tabela 1 - Quantidade Produzida

Atividade	Média/Ano	Média/Mês
Leite	104.713,04	8.726,09
Suíno	234.400,00	19.533,33
Uva	49.000,00	
Citrus	31.000,00	

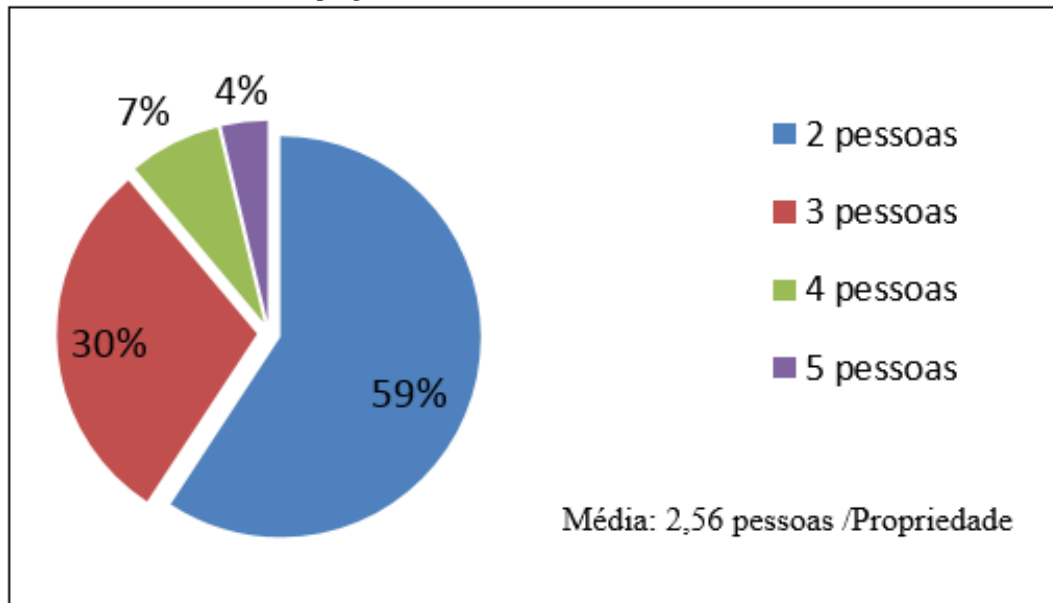
Fonte: Autor (Maio 2018)

O volume de produção apresentado na tabela 1 demonstra que a produção média anual de leite é de 104.713 litros de leite por propriedade, com recebimento mensal. A suinocultura apresenta 234.400 kg por propriedade, com recebimento trimestral. A uva tem uma produção média anual de 49.000 kg e o Citrus com 31.000 kg por propriedade. Este volume de produção demonstra ser satisfatório para os agricultores familiares pois apresenta uma ótima rentabilidade.

Além destas atividade de diversificação, no município de Sarandi existem outras propriedades que não foram pesquisadas que possuem outras atividades, como: Hortifrutigranjeiros, Apicultura e Agroindústrias.

4.3.9 Pessoas envolvidas propriedade

Gráfico 6 – Mão-de-obra empregada



Fonte; Autor (Maio 2018)

Desde os tempos de colonização da região de Sarandi, o mínimo era de 10 filhos por família, muito necessário para mão-de-obra na propriedade, pois todo o trabalho era braçal. Com o passar do tempo, a mecanização agrícola e o comportamento das famílias, fez com que diminuísse drasticamente o número de filhos por família, e por sua vez, é cada vez menor o número de pessoas envolvidas na atividade familiar rural. O gráfico 6 demonstra muito bem esse comportamento, onde 59% das propriedades possui apenas 2 duas pessoas na mão-de-obra familiar, ou seja, o marido e a esposa, mesmo que estes tenham filhos, geralmente esses saíram para estudar e não voltaram mais para a propriedade. Este comportamento é muito preocupante para o futuro, pois não tem sucessão familiar, causando uma mudança de posse dessas áreas, vindo a ser alugadas ou até vendidas.

5 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES.

Após a conclusão deste estudo é interessante divulgar para a sociedade, e para os gestores públicos afim de auxiliá-los na promoção das Políticas Públicas nas pequenas propriedades rurais. Mesmo com 63% da renda das propriedades entrevistadas sejam provenientes das atividades de diversificação, isso não é fator determinante para frear o constante êxodo rural.

Uma saída viável é investir em programas de gestão sustentável na juventude do meio rural, com o objetivo de fazer sucessão familiar das propriedades.

No entanto, para diminuir a desigualdade das famílias que vivem no campo, sugere-se que seja criada uma Legislação Constitucional para que seja destinado no mínimo 5% do orçamento municipal para investir na agricultura. Por outro lado é obrigatório investir 15% na saúde e 25% na educação, muitas vezes não sobra verba para aqueles que estão produzindo o alimento para a população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou realizar uma contextualização das Políticas Públicas e sua viabilidade econômica frente as estratégias de diversificação das pequenas propriedades rurais. Este estudo utilizou uma linguagem simples podendo ser compreendida por estudiosos e leigos no assunto.

Entretanto, no presente estudo ficou evidente a viabilidade econômica das Políticas Públicas, sendo o Pronaf a maior fonte de recursos para financiar a agricultura e pecuária nas pequenas propriedades rurais, tanto no fomento do investimento, como no custeio. O grande trunfo do produtor rural, é uma ótima assistência técnica voltada para uma gestão sustentável prestada pela EMATER.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNAL, P; LEITE, S. P. **Análise comparada de políticas agrícolas:** uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura Familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

DIEHL, A. A; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicada:** Métodos e Técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GARÓFALO, G. de L; PINHO, T. F de. **Políticas Públicas:** Limites e Possibilidades. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

LIMA, A. P. de; *et al.* **Administração da unidade de produção familiar:** modalidade de trabalho. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MCR - Manual de Crédito Rural. **Crédito Rural:** Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). 16 Seção: 2017, p 194. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>> Acesso em :28 mai, 2018.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

PALUDO, A.V. **Administração pública.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PIETRO, M. S. Z. di . **Parcerias da Administração pública:** concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológica, 2008.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, M. J. da. **Métodos e culturas alternativas na agricultura familiar**. Campo Grande: UCDB, 2003.

SOUZA FILHO, H. M; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

TEDESCO, J. C: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF; 2001.

APÊNDICES

APENDICE I - ENTREVISTA

Entrevista com produtores que aderiram Políticas Públicas (Pronaf).

Nome.....Localidade.....

1-Quais as atividades segmentada de diversificação?

2-Qual ano iniciou a atividade de diversificação?

3-Tamanho da propriedade

4-Quais as políticas públicas adotadas?

5-Políticas públicas que usa atualmente?

6-A diversificação gerou renda? Quanto?

7-Qual atividade que mais se destacou?

8-Onde vende seus produtos?

9- Quantidade produzidas.

10-Quantas pessoas envolvidas? Familiar? Contratada?